

O campo da educação superior: tensões e desafios

Renata Machado de Assis

João Ferreira de Oliveira

Pode-se compreender o campo da educação superior como uma espécie de microcosmo social, que possui autonomia relativa e que se produz por meio de relações específicas, mas objetivas, que constroem uma lógica determinada de funcionamento, com um *modus operandi* próprio. Diferentes agentes, individuais e institucionais, integram esse campo, o que inclui universidades e demais instituições de ensino superior (públicas e privadas), órgãos governamentais da administração direta ou vinculados, conselhos e comissões governamentais, entidades diversas (científicas, sindicais, públicas, privadas e confessionais), núcleos e grupos de estudo e pesquisa, que participam da formulação, implementação e avaliação crítica dos processos de regulação, acompanhamento e avaliação de cursos, programas e instituições, assim como das definições de políticas de financiamento, de currículo, de formação, de pesquisa, de inovação, de pós-graduação, de gestão, entre outras.

Trata-se, pois, de um campo ou *locus* que possui relações e práticas diversas, mas específicas, entre os agentes que o disputam, o que decorre, sobretudo, de sua estrutura historicamente constituída de conflitos, lutas, modalidades de poder e modos de dominação. No caso do campo da educação superior, é preciso considerar também, em decorrência do papel regulador e nomeador do Estado, as alterações e transições políticas em diferentes governos e esferas administrativas. Os agentes são, em grande parte, influenciados e determinados pelas lutas em torno da construção do capital científico que procedem do papel e da ação das agências, órgãos e comissões de financiamento e de avaliação que atuam na sua configuração. As lutas em torno da construção do capital científico podem contribuir para legitimar,

consagrar, ampliar prestígio ou desconstruir as posições de poder e de dominação, que se alteram no tempo-espaço.

Com base nesse entendimento, este número da revista *Em Aberto* busca refletir sobre as tensões e desafios do campo da educação superior, que possuem substratos na história desse nível de educação no Brasil, nas políticas e ações de diferentes contextos políticos, nos modos de regulação e avaliação estatal e de outros agentes implementados nas últimas décadas, nas temáticas emergentes desse campo, nas influências ideológicas e nas formulações de diferentes organismos multilaterais, assim como nas lutas, práticas e *modus operandi* específicos dele próprio.

Entre as tendências mais recentes que direcionam para a reconfiguração do campo da educação superior destacam-se:

- a) os movimentos de privatização, financeirização, formação de oligopólios e desequilíbrio público-privado na educação superior;
- b) os processos de diversificação e diferenciação do(s) sistema(s), de expansão acelerada (público/privado) e de democratização do acesso/inclusão;
- c) o aumento crescente do ensino a distância e o processo de hibridização da oferta de educação superior;
- d) as diferentes lógicas, forças e processos de reconfiguração do campo da educação superior e de sua produção intelectual;
- e) as mudanças nas finalidades e na natureza das universidades públicas e outras instituições, na direção de atender às demandas econômico-produtivas; e
- f) o avanço das tecnologias digitais e do chamado capitalismo de vigilância na educação, que tende a ser uma nova força de regulação ou modelação das práticas e ações no campo.

São temas e tendências, antigos e recentes, a serem aprofundados e que vêm reconfigurando o campo da educação superior, com maior ou menor intensidade, especialmente no Brasil.

A proposta inicial deste número se deu em um momento em que ocorria a pandemia da covid-19, assim como a vivência de discursos e práticas autoritários, negacionistas e anticientíficos, que caracterizaram as primeiras décadas do século 21. De modo geral, nesta edição são examinados temas diversos do campo da educação superior no Brasil, considerando seus aspectos históricos, os elementos da conjuntura atual, as interfaces com a expansão da educação superior e com a produção do conhecimento, assim como as tendências e os desafios gerais e específicos.

Partindo do contexto explicitado, justifica-se dar visibilidade ao processo histórico e contemporâneo de gestão, organização e expansão da educação superior, de um modo geral e, especificamente no Brasil, no que se refere às políticas públicas, particularmente nos novos tempos de adequação e reorganização das instituições

desse nível de educação. Foram utilizados, portanto, quatro eixos referenciais para a produção dos artigos que compõem este número da revista *Em Aberto*:

- a) influências e alterações históricas no campo da educação superior;
- b) análise das políticas para a educação superior;
- c) políticas de ação e efetivação da educação superior; e
- d) tensões e desafios no campo da educação superior.

Não se pretende, com esta publicação, esgotar a temática ou considerar o debate encerrado. Pelo contrário: os artigos apresentados pelos diferentes autores visam contribuir para que o campo da educação superior seja pensado, repensado e, quiçá, reestruturado, em médio e longo prazo, considerando-se os pontos de tensão e os desafios a serem superados.

A seção Enfoque contém o artigo “O campo da educação superior no Brasil: tensões e desafios”, produzido pelos organizadores, Renata Machado de Assis e João Ferreira de Oliveira, que apresenta uma revisão teórica narrativa sobre o tema, adotando-se a noção de campo de Pierre Bourdieu. Procedeu-se à análise das políticas, a partir da década de 1990, com suas contradições, ambiguidades e complexidades, que acentuam os problemas enfrentados na educação superior e reiteram a urgência de se fortalecer e democratizar as universidades, bem como a ciência, a inovação e as tecnologias.

Na seção Pontos de Vista, sete artigos são de autores de diferentes instituições brasileiras e um de autor mexicano.

O primeiro artigo se intitula “Expansão do ensino superior no Brasil de 1995 a 2020: políticas e ações”, de Márcia Santos Anjo Reis e Luciene Lima de Assis Pires, que analisam os dados da educação superior nesse período em que foram adotadas medidas de fortalecimento das políticas de expansão da educação superior. A forma como essa expansão ocorre é modificada conforme interesses e conjunturas vivenciadas no contexto social, cultural, político e econômico. Os dados apresentados revelam o crescimento de matrículas e de acesso ao ensino superior, em sua maior parte, devido aos programas de financiamento instituídos pelo governo federal.

O segundo texto, “Progressos e regressos da educação superior no Brasil nas primeiras décadas do século 21”, de Everton Henrique Eleutério Fargoni, João dos Reis Silva Júnior e Afrânio Mendes Catani, reflete sobre as mudanças pelas quais a universidade pública tem passado, com base nas políticas operacionalizadas por meio da Reforma do Aparelho do Estado Brasileiro, e conclui que ela está cada vez mais mundializada e inserida no circuito competitivo e produtivo.

Em “Desafios e dilemas da educação superior na economia do conhecimento”, apresentado por José Vieira de Sousa e Margareth Guerra dos Santos, expõe-se o campo da educação superior na economia do conhecimento, seus impasses em relação aos princípios da economia, em contextos emergentes e em diversos países. Aborda-se a mercadorização da educação superior, o gerencialismo e o mundo globalizado e competitivo, enfocando o contexto brasileiro.

O quarto artigo, "A expansão da rede federal de educação superior no período de 2003 a 2020", de Karine Nunes de Moraes e Luiz Fernandes Dourado, examina os indicadores referentes às instituições federais, no que diz respeito a: quantidade, perfil, número de matrículas, função docente na graduação presencial, matrículas, programas, titulados e bolsas. Os autores constatarem que a ampliação desse nível de ensino resulta de um conjunto de políticas e que a política de ajuste fiscal e de cortes orçamentários interfere nos processos de expansão da rede federal de educação superior.

O quinto artigo, intitulado "Internacionalização da educação superior na perspectiva da cooperação solidária e horizontal na região de fronteira Brasil e Uruguai", é estruturado por Marília Costa Morosini, Marilene Gabriel Dalla Corte e Fernanda Ziani Mendes. Ao longo do texto, são apresentadas as discussões sobre internacionalização, políticas públicas específicas e a cultura de organização para a internacionalização. As autoras concluem que as ações de internacionalização precisam de esforço coletivo para serem implantadas, especialmente no tocante às políticas públicas nacionais, regionais e internacionais, considerando-se elementos históricos, organizacionais e culturais.

Em seguida, Alda Maria Duarte Araújo Castro, Olgaíses Cabral Maués e Antonia Costa Andrade enfocam "O cenário da internacionalização em programas de pós-graduação em educação nas regiões Norte e Nordeste (2018-2020)". Embora tenham constatado a presença de ações de internacionalização em todos os programas analisados, a maioria ainda se encontra incipiente em relação a esse processo.

No sétimo artigo, "Desafíos y tensiones en la educación superior mexicana ante la pandemia de COVID-19", Armando Alcántara Santuario aborda as mudanças governamentais recentes, que buscam a articulação do sistema educacional e a renovação da função social das instituições, voltando as atenções ao público desfavorecido do país. No entanto, ressalta que a pandemia da covid-19 e o sistema educacional e econômico dificultaram a implantação das alterações previstas pelo governo.

Fechando a seção Pontos de Vista, no estudo "Governança algorítmica e o duplo papel do Tribunal de Contas da União: controle e regulação da educação em tempos de plataforma e sociedade métrica", Mário Luiz Neves de Azevedo, fundamentado na teoria crítica, utiliza conceitos como capitalismo de plataforma e sociedade métrica para analisar a transparência e a objetividade na gestão pública, apresentando, ainda, a governança algorítmica e a chamada "governança sem governo".

A seção Espaço Aberto é contemplada com a entrevista de Valdemar Sguissardi, feita por João Ferreira de Oliveira, sobre a "Sobrevivência e autonomia das universidades públicas: tensões e perspectivas". São abordados, nessa entrevista, diversos elementos sobre as universidades públicas e a educação superior, tais como: o estado atual da educação superior no Brasil, no período de pandemia e pós-pandemia; os desafios da expansão, autonomia e sobrevivência do subsistema de educação superior federal; os conceitos de autonomia e heteronomia universitária; o "temor" de estados, governos, mercados, religiões e poderes em geral em relação

à autonomia universitária; o neoliberalismo exacerbado e a autonomia universitária; e as condições de sobrevivência financeira do setor federal de educação superior e de órgãos relacionados. O entrevistado discorre sobre as temáticas com a propriedade da experiência de quase quarenta anos de estudos na área.

A seção Resenhas contém duas contribuições. Na primeira, Katia Morosov Alonso analisa a obra *Institucionalização da educação superior a distância nas universidades federais da região Centro-Oeste: temáticas em questão*, organizada por Catarina de Almeida Santos, Daniela da Costa Britto Pereira Lima e Danielle Xabregas Pamplona Nogueira. A autora da resenha mostra que a expansão da educação superior a distância (EaD) é marcada por contradições entre público e privado, (des)continuidades e fragilidades das instituições federais de ensino superior (Ifes). A obra analisada apresenta os resultados de uma pesquisa interinstitucional, realizada em cinco universidades, e compara processos, organização e práticas de implementação e institucionalização da EaD em cada uma das Ifes. A resenha conclui que, apesar das temáticas específicas dos capítulos da obra, o ponto em comum das investigações é a relação intrínseca com a institucionalização da EaD.

Na segunda resenha, Eduardo Pinto e Silva analisa a obra *The new Brazilian university: a busca de resultados comercializáveis: para quem?*, de João dos Reis Silva Júnior. O autor da resenha demonstra que existe uma reconfiguração das práticas e subordinação progressiva do trabalho às funções do capital, o que é marcado pelos processos econômicos e políticos, que constituem uma trama nas instituições, com bases sociais históricas. A mercantilização se refere a um processo histórico, no qual o privado avança nas formas de avaliação, no financiamento e na gestão. Na obra analisada, são ressaltadas as contradições do processo de mercantilização e a historicidade e questiona-se o papel da universidade estatal brasileira, na contemporaneidade.

Encerrando este número, apresenta-se a Bibliografia Comentada, elaborada por Gisele Gomes Avelar Bernardes, que analisou oito obras, entre as quais três artigos de periódicos, três teses de doutorado, um livro e um capítulo de livro. São abordadas temáticas referentes a: desafios da gestão institucional; educação superior na modalidade EaD; o Plano Nacional de Educação e as universidades estaduais; expansão, financiamento, avaliação e democratização da educação superior. São produções que ampliam as possibilidades de leitura e aprofundamento sobre o que foi abordado neste número.

A expectativa, com a organização desta edição, é que os leitores se apropriem do conteúdo exposto pelos diversos autores, e que possam analisar, concordar, contrapor, discordar e utilizar como referência para ampliação do debate sobre a educação superior, no Brasil e em outras partes do mundo, a partir das tensões e desafios que esse nível de ensino apresenta, com todos os seus limites e possibilidades.

Mergulhem na leitura!

Renata Machado de Assis
João Ferreira de Oliveira
Organizadores